

## Os limites da Esfera Pública virtual: Zizi Papacharissi

Qual é a extensão da esfera particular em uma sociedade conectada? Essa é uma das interrogações fundamentais da pesquisadora Zizi Papacharissi para compreender o que significa a “Esfera Pública” na atualidade. Em linhas gerais, sua hipótese parte do princípio de que as mídias digitais estão vinculadas às alterações nas relações entre o “público”, o “social” e o “particular”, estabelecendo perspectivas diferentes para cada um desses elementos, bem como para suas intersecções.

A convergência entre esses domínios é uma das principais características da comunicação em rede – mais do que uma separação definida, nota-se uma progressiva confluência de práticas, ações e interações.

A questão vai além de uma discussão conceitual, mas parece ter implicações políticas e mesmo econômicas.

Quando alguém publica um *post* em seu *blog* pessoal falando de como foi agradável passear com seu cachorro de manhã, quando posta em rede as fotos de suas férias em Norwich, fica claro que se está falando da vida particular. Se alguém termina um namoro e escreve um dolorido relato disso em um *blog*, a fronteira pessoal, embora incômoda, ainda está definida. No entanto, se alguém revela, em um *blog* pessoal, que é sistematicamente vítima de violência doméstica, em que medida ainda estamos falando de “vida privada”? Deve-se respeitar o fato de ser um dado da intimidade da pessoa ou, quando ela revela isso em uma página, caberia intervir para modificar essa situação?

Esse tipo de perguntas decorre de uma divisão entre as ações e práticas humanas existente, pelo menos, desde o século XVIII, relacionadas ao *espaço* onde elas ocorrem. Em termos gerais, tudo o que é feito por um indivíduo ou por um grupo de pessoas acontece ou em um *espaço particular*, isto é, delimitado e com acesso restrito, ou em um *espaço público*, no qual todos e cada um podem aparecer e participar.

A separação entre público e privado é uma especificação do domínio da *política*: a rigor, a política está relacionada especialmente, mas não só, às ações no espaço público.

Essa divisão entre público e particular, evidentemente, nem sempre é tão rígida na prática. Ao contrário, em vários momentos a falta de uma divisão mais clara entre o que pertence a um e o que é de todos pode gerar diversos problemas.

Quando se passa do concreto ao virtual, essa divisão parece receber novos golpes. Uma das dimensões da internet é exatamente a troca *pública* de informações, bem como a exposição do indivíduo e, em certa medida, a própria construção de identidades específicas dentro desse espaço. As mídias digitais auxiliam e tornam mais fáceis a superação de fronteiras entre os espaços público e particular.

Esse cruzamento de fronteiras, no entanto, não significa nem o fim dessas bordas nem dos espaços que as circundam. Os espaços público e particular das ações humanas continuam a existir, mas a *relação* entre o domínio coberto por esses conceitos torna-se mais porosa, tênue, reconfigurando-se conforme novos regimes de visibilidade, isto é, as regras, implícitas ou explícitas, que definem as coisas a serem ou não vistas igualmente.

É nesse sentido que entra a pergunta de Papacharissi: Qual é a extensão do domínio particular no momento em que essas fronteiras não estão definidas? Sua resposta procura conciliar vários elementos distintos para mostrar de que maneira esses dois espaços têm sua lógica alterada por conta das possibilidades de conexão social derivada das mídias digitais.

### **Espaços e mercadorias**

Nesse sentido é possível falar, ao mesmo tempo, de uma progressiva *privatização do espaço público*, atrelado aos interesses particulares e comerciais; ao mesmo tempo, em uma *transformação da privacidade em mercadoria*, negociável em um complexo sistema de relações que envolvem a participação em redes, o trabalho e, sobretudo, o consumo, seja de bens materiais ou simbólicos.

De um lado, há uma expansão considerável dos domínios da esfera privada – mas esse crescimento não está livre de cobrar seu preço – a proteção da privacidade, isto é, o direito de estar só e não ser incomodado.

De maneira geral, à medida que a esfera particular se expande, nota-se uma perda progressiva do direito à privacidade e mesmo à solidão. Em al-



guns casos, é possível dizer que o direito de estar só, ou o direito de não ser visto/não interagir torna-se uma valiosa mercadoria nos ambientes preenchidos pelas mídias digitais.

As fronteiras dessa esfera são negociadas o tempo todo na troca de informações – as vantagens de uma esfera particular ampliada são delineadas e contrabalançadas com uma eventual diminuição das possibilidades de simplesmente não ser visto – basta pensar a quantidade de *spams*, correspondência de empresas e ligações de *call centers* que desafiam o equilíbrio entre público e privado invadindo seu espaço particular a partir de informações a seu respeito que, de alguma maneira, tornaram-se públicas.

É nesse sentido que se pode falar em uma transformação da privacidade em uma mercadoria de alto valor: dados a respeito de quem se é, do que se gosta, dos hábitos de consumo e da vida particular de uma pessoa tornam-se um elemento crucial em uma economia baseada na informação com vistas ao consumo. Se, no capitalismo, nada é imune à transformação em mercadoria, em uma sociedade capitalista conectada a informação a respeito do indivíduo torna-se um dos mais importantes elementos de troca.

Deixar rastros de suas preferências pessoais – e, portanto, dos domínios da esfera privada – por onde se passa é uma das características principais da relação com as mídias digitais. A partir daí não é difícil chegar a perfis e informações a respeito de quem se é, do que comprou e, mais importante, do que pode vir a comprar ou fazer.

Ao mesmo tempo, a exposição voluntária da esfera privada em *blogs* e redes sociais igualmente amplia os domínios desse espaço, tornando o indivíduo muito mais visível para os outros. Se, em alguma rede social, digo que gosto de um tipo de chá, estou expondo uma preferência pessoal que se torna informação estratégica para uma empresa interessada.

Em outras palavras, se as fronteiras entre “público” e “particular” se dissolvem na confluência entre esses espaços, por outro lado desenvolvem-se maneiras diferentes de se articular as tensões entre esses dois campos. A autora vê cinco elementos principais nesse cenário:

(a) O indivíduo conectado (*networked self*) e a cultura de conectividade remota

O fato de a esfera privada estar ligada primariamente ao domínio do pessoal não significa que essa personalização implica desconexão. Ao contrário,

abre caminho para a delimitação individual do que significa “público” e “particular” em cada momento.

(b) O novo narcisismo: blogar

Isso não implica, no entanto, que o espaço da esfera particular seja permeado de uma vasta dose de subjetividade – *posts*, por exemplo, não deixam de ser narrativas altamente pessoais e subjetivas, mas isso pode significar também uma maior pluralidade de vozes que se tornam acessíveis no espaço público.

(c) O renascimento da sátira e da subversão: *You Tube*

Na medida em que o humor tem uma considerável relevância política na desconstrução de discursos que se apresentam como sérios, o *You Tube* – e outros sites de vídeos – permite que assuntos controversos possam ser trabalhados não só de maneira séria, mas também no uso potencial do humor aliado à imagem.

(d) A agregação de notícias nas mídias sociais e a possibilidade de filtros coletivos

Embora seja fácil colocar qualquer conteúdo na internet, as formas de conexão e os relacionamentos em rede implicam também a existência de filtros entre os próprios produtores de conteúdo a partir de valores e regras, nem sempre explícitos, compartilhados.

(e) O pluralismo agonístico do ativismo *online*

Do grego *agon*, “luta”, a ideia de conflito entre pontos de vista, afirmações e reafirmações de identidades são uma das características fundamentais do espaço particular ampliado – na confluência de espaços, o fato de ser alguém virtualmente é, por si só, um dado relevante para a articulação de diálogos e conflitos.

A esfera particular, no caso, não deixa de ter igualmente um teor político na medida em que esse pode ser um espaço privilegiado de resistência, tensão e dissenso, a partir da experiência individual, às questões específicas. A apropriação de temas públicos na esfera particular não deixa de ser uma maneira de engajamento nas causas e questões coletivas, formando novos “hábitos cívicos”, isto é, formas de participação nas questões públicas. A



nova esfera política se forma nas tensões entre os espaços público e privado na perspectiva de uma esfera particular ampliada.

Há, portanto, uma ambivalência entre as esferas, não necessariamente com a desintegração de nenhuma delas. As mídias digitais e a comunicação em rede ao mesmo tempo agrupam e segmentam os indivíduos, possibilitando, ao mesmo tempo, uma exposição quase autorreferencial de si mesmo e o engajamento político em questões que ultrapassam em muito as questões do cotidiano.